

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Aline Niara Rodrigues Alves

**O RACISMO AMBIENTAL TEM COR E CEP?  
UMA APROXIMAÇÃO EXPLORATÓRIA AO PROBLEMA  
DO RACISMO AMBIENTAL EM PORTO ALEGRE**

Porto Alegre  
2. Semestre  
2024

Aline Niara Rodrigues Alves

**O RACISMO AMBIENTAL TEM COR E CEP?  
UMA APROXIMAÇÃO EXPLORATÓRIA AO PROBLEMA  
DO RACISMO AMBIENTAL EM PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr. Sofia I. Vizcarra Castillo

Porto Alegre  
2. Semestre  
2024

## CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Aline Niara Rodrigues

O racismo ambiental tem cor e cep? uma aproximação exploratória ao problema do racismo ambiental em Porto Alegre / Aline Niara Rodrigues Alves. -- 2024.  
42 f.

Orientadora: Sofia I. Vizcarra Castillo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Racismo ambiental. 2. Justiça ambiental. 3. Vulnerabilidade ambiental. I. Castillo, Sofia I. Vizcarra, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aline Niara Rodrigues Alves

**O RACISMO AMBIENTAL TEM COR E CEP?  
UMA APROXIMAÇÃO EXPLORATÓRIA AO PROBLEMA  
DO RACISMO AMBIENTAL EM PORTO ALEGRE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Políticas Públicas, obtendo conceito \_\_\_\_\_.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira  
Coordenador do Curso Bacharelado em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Sofia I. Vizcarra Castillo, Dra.  
Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Jennifer Azambuja de Moraes, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\_\_\_\_\_  
Prof. Luis Gustavo Mello Grohmann, Dr.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

O mundo hoje está diante da crise socioambiental, agravada pelas mudanças climáticas, e, por esse motivo, pela cobertura da mídia e relatos de desastres ambientais em suas rápidas variações climáticas apresentadas a população, é que este estudo se justifica. Através da abordagem exploratória o presente trabalho buscou identificar, através do uso do conceito de racismo ambiental, as relações existentes entre as áreas de risco geológico na cidade de Porto Alegre e a etnia racial das populações que residem nessas áreas, de maneira exploratória, este trabalho busca apresentar geograficamente, como o racismo ambiental se manifesta. Como resultado, percebeu-se que os bairros com maiores índices de risco ambiental também eram os bairros constituídos majoritariamente por pessoas pretas e pardas, evidenciando o racismo ambiental que a população vem sofrendo. Portanto, buscou-se explorar como o racismo ambiental e a degradação do meio ambiente, se apresenta nas condições de vida da população pobre, suburbana e conseqüentemente majoritariamente negra da capital porto alegrense através do olhar interseccional histórico e atual entre raça e territorialidade. Dessa forma, este estudo é possível utilizar como base inicial para futuras pesquisas e agenda de políticas públicas com foco no combate ao racismo ambiental em Porto Alegre/RS.

**Palavras-chave:** Racismo ambiental. Justiça ambiental. Vulnerabilidade ambiental – Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa topográfico de Porto Alegre 1839 .....	166
<b>Figura 2</b> - Movimentação da População Vulnerável no Rio Grande do Sul .....	199
<b>Figura 3</b> - Mapa de exposição total da população de Porto Alegre .....	222
<b>Figura 4</b> - Mapa da exposição da população negra na cidade de Porto Alegre.....	233
<b>Figura 5</b> - Mapa representativo dos bairros de Porto Alegre, RS .....	255
<b>Figura 6</b> - Distribuição espacial dos 142 setores de risco alto e muito alto identificados no município de Porto Alegre - RS no ano de 2022. ....	277
<b>Figura 7</b> – Relação área alagada x renda .....	299
<b>Figura 8</b> - Mapa comparativo das regiões alagadas e a população negra em 2010 .....	311

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA AMBIENTAL E VULNERABILIDADE AMBIENTAL</b> .....	<b>10</b>
2.1	RACISMO AMBIENTAL .....	11
2.2	JUSTIÇA AMBIENTAL .....	12
2.3	VULNERABILIDADE AMBIENTAL .....	14
<b>3</b>	<b>O TERRITÓRIO E HISTÓRIA NEGRA DE PORTO ALEGRE</b> .....	<b>15</b>
3.1	HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA POPULAÇÃO NEGRA DE PORTO ALEGRE .....	15
3.2	CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE NA ATUALIDADE .....	20
3.3	CORRELAÇÃO ENTRE RAÇA X TERRITORIALIDADE .....	25
3.4	MAPAS DA RELAÇÃO ENTRE RENDIMENTO, COR E RAÇA E OS IMPACTOS DO EVENTO CLIMÁTICO OCORRIDO NO RIO GRANDE DO SUL EM MAIO DE 2024 .....	29
<b>4</b>	<b>INTERSECCIONALIDADE ENTRE A RAÇA E PROGRAMAS DE POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO, EXEMPLOS BRASILEIROS</b> .....	<b>34</b>
4.1	PROJETO DE LEI N. 6865/06 .....	35
4.2	PROJETO CITInova .....	36
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>40</b>

# 1 INTRODUÇÃO

As exigências do combate às injustiças ambientais são relativamente novas na sociedade, porém, a questão vai muito além das preocupações específicas, levantadas pelas agências ambientais nacionais nos países do primeiro mundo nas décadas de 1950 e 1960. O conceito definido em um contexto complexo, abrange não somente a justiça social, mas também a proteção, bem como a degradação ambiental causada pelo crescimento econômico, agora mais que nunca, considerada uma questão global (Borges, 2023).

Segundo Vieira (2017), a cidade de Porto Alegre, em 1976, se destacou por seu pioneirismo no atendimento às tendências globais criando a primeira Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Brasil, tornando a cidade referência a nível nacional. Porém, apesar da sua apresentação sustentável e famosa a nível federal, as populações mais pobres seguem sofrendo com as inundações, falta de infraestrutura básica, poluição, áreas perigosas, cujas condições ultrapassam as indicativas de desigualdade social e evidenciam o racismo ambiental.

De acordo com Borges (2023), a interseccionalidade teve seu conceito difundido e cunhado por mulheres negras feministas em 1980. Ela se constitui na ferramenta teórico-metodológica que utiliza os processos de interação entre classe, gênero e raça em contextos individuais com as relações de poder as práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Já no início do século XX ocorreu o chamado processo embranquecimento da cidade, a pressão eugenista dos bairros, hoje considerados nobres, retirou os negros dos centros urbanos, obrigando-os a se estabelecer em locais insalubres, como assentamentos e morros. Em consequência, além da redução financeira, também os tornaram mais vulneráveis aos desastres ambientais até os dias atuais.

De acordo com o sexto e último relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) de 2022, formalizado pelo grupo de cientistas estabelecido pela ONU para assessorar, monitorar e analisar a ciência global relacionada às mudanças climáticas, em suas últimas informações, apresentam a crise climática como uma ameaça global. Os especialistas informam que é necessário o envolvimento de todos os setores, a mobilização da sociedade civil e do governo, para remodelar os modelos



econômicos e as políticas públicas antes de chegar às consequências catastróficas para todos sem retorno. Consequências essas que já estão a ter impacto em primeiro lugar nas comunidades mais vulneráveis e constituídas majoritariamente por pessoas negras (BRASIL, 2023).

Para responder a pergunta de pesquisa: **Como o racismo ambiental e a interseccionalidade de raça, classe social e localização geográfica se manifestam nas áreas de risco geológico em Porto Alegre?** Pautou-se este estudo em responder ao seguinte objetivo geral: Identificar, através do uso do conceito de racismo ambiental, as relações existentes entre as áreas de risco geológico na cidade de Porto Alegre e a etnia racial das populações que residem nessas áreas, de maneira exploratória, este trabalho busca apresentar geograficamente, como o racismo ambiental se manifesta. Para tanto, este trabalho tem como objetivos específicos:

- a. compreender o conceito de racismo ambiental, justiça ambiental e vulnerabilidade ambiental;
- b. apresentar a história da população parda e negra de Porto Alegre e suas construções e relações territoriais;
- c. identificação exploratória de associações entre etnia e áreas de risco geológico na capital, a partir de dados de relatórios disponíveis.

Neste último objetivo específico, exemplificam-se os relatórios disponíveis dos serviços realizados pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) na cidade de Porto Alegre, durante o ano de 2022, nos meses de março a dezembro, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e o ObservaPoa, o observatório da Cidade de Porto Alegre que disponibiliza uma ampla base de informações sobre o município. (Bellettini et al., 2022)

Ainda que o racismo ambiental seja falado nos meios de comunicação e suas mídias, faltam pesquisas acadêmicas que investiguem o seu impacto e interseccionalidade entre as esferas sociais, especificamente em Porto Alegre. Dada esta lacuna, viu-se necessário um estudo exploratório baseado numa revisão da literatura para mapear o estado atual do racismo ambiental, identificando os desafios associados à interseccionalidade entre etnias e territórios. Este estudo preliminar pode fornecer uma base inicial para uma futura compreensão mais profunda.

Utilizou-se como metodologia de investigação, o método de pesquisa exploratória com revisão bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é utilizada quando o objetivo é explorar inicialmente um tema ou questão, buscando identificar padrões, ideias ou hipóteses.

No que se refere à revisão bibliográfica, Richardson et al. (1999) apontam que envolve coletar e analisar informações sobre o tema, através de publicações em livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, assim como documentos de gestão. Neste estudo em específico, utilizou-se os documentos produzidos pelas autoridades municipais da capital gaúcha.

O levantamento bibliográfico permitiu compreender conceitualmente o racismo ambiental, desde seu surgimento e descrever seu histórico no Brasil, e a análise documental exploratória, permitiu uma sucinta primeira aproximação da realidade porto alegreense. Desta forma, elaborou-se a partir de uma revisão bibliográfica da literatura acadêmica produzida internacionalmente e no Brasil sobre os temas de: racismo ambiental, justiça ambiental e vulnerabilidade ambiental. A seleção dos textos envolveu critérios como qualidade do texto, representatividade das obras e os aspectos gráficos e geográficos, utilizando as palavras chaves: Porto Alegre, racismo ambiental, justiça ambiental e vulnerabilidade ambiental. Utilizou-se também a consulta de fontes secundárias, como: dissertações, livros, monografias, artigos científicos e dados apresentados por institutos de pesquisa e ONGs, seguindo critérios como qualificação, afiliação institucional e publicação em periódicos e livros acadêmicos.

Este estudo foi estruturado em quatro capítulos, iniciando com a introdução, abordando a motivação da autora para a construção da pesquisa, o contexto, a elaboração do problema de pesquisa, da lacuna de conhecimento sobre o tema, seguido dos objetivos e justificativa, e pôr fim a metodologia.

O segundo capítulo apresenta uma revisão bibliográfica dos principais conceitos abordados desta pesquisa, que são: racismo ambiental, justiça ambiental e vulnerabilidade ambiental, a fim de delimitar os conceitos que permitiram analisar e compreender o contexto.

O terceiro capítulo aborda, de forma breve, o histórico urbano da população porto alegreense até seus dias atuais e sua relação de territorialidade, a fim de apresentar o histórico racial da cidade e as nuances da construção das comunidades

e favelas por meio de mapas apresentados, apresenta os resultados da análise exploratória dos documentos e pesquisa sobre relação entre áreas de risco geológico e composição racial da população da cidade.

O quarto capítulo apresenta duas iniciativas brasileiras, com foco na relação entre a raça e a população residente para fins de gestão e políticas públicas, como forma de possibilitar a visualização de alternativas para a cidade de Porto Alegre Finalizando com a conclusão e considerações finais.

## **2. REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA AMBIENTAL E VULNERABILIDADE AMBIENTAL**

Explorando o referencial teórico, este capítulo serve de pilar para a análise das interações complexas entre racismo ambiental, justiça ambiental e vulnerabilidade ambiental, que serão fundamentais para entender como as desigualdades sociais e ambientais se entrelaçam gerando exemplos de exclusão e marginalização que de forma desproporcional impactam as populações vulneráveis.

Discutido como um fenômeno que mantém a exclusão de comunidades negras e indígenas, o racismo ambiental é resultado da luta contra a exposição das populações marginalizadas, majoritariamente pretas e pardas a riscos ambientais mais intensos, apresentados a partir dos conceitos dos autores Bullard (2002) e Herculano (2006). Já a justiça ambiental, surge como uma teoria crítica que propõe a equidade na distribuição de recursos frente aos impactos ambientais, além da busca pela inclusão dessas comunidades nos processos de governança, para apresentar o referencial, utilizou-se trabalhos dos autores Acselrad et al. (2009) e Bullard (2002).

Por outro lado, para finalizar, surge o conceito de vulnerabilidade ambiental, vista com uma condição multifacetada, que amplifica a análise dos efeitos das desigualdades sociais, expondo grupos vulneráveis a maiores riscos e menos capacidade de recuperação diante de desastres ambientais (Bullard, 2002). Ao longo deste capítulo, as conexões teóricas serão exploradas entre esses conceitos apresentando-os estruturalmente para entender e abordar as desigualdades ambientais em contextos globais e locais.

## 2.1 RACISMO AMBIENTAL

O caso de Warren County, ocorrido em 1982, é frequentemente citado como um marco na luta contra o racismo ambiental. Naquele mesmo ano, o prefeito decidiu alocar um depósito de lixo próximo a uma comunidade composta por aproximadamente 60% de afro-americanos. A comunidade negra então se levantou contra a construção de um aterro tóxico em sua região causando protestos contra o depósito de Bifenil policlorados (PCB), seguido desse marco, o termo racismo ambiental foi cunhado em 1987 por Benjamin Chavis, na Carolina do Norte (Estados Unidos), este evento então se tornou amplamente reconhecido como o ponto de partida para o movimento de justiça ambiental nos Estados Unidos (Bullard, 2002).

Racismo ambiental refere-se ao conjunto de ideias e práticas das sociedades e de seus governos que aceitam a degradação ambiental e humana sob a justificativa do desenvolvimento, naturalizando implicitamente a inferioridade de certos segmentos da população, como negros, indígenas, migrantes, extrativistas, pescadores e trabalhadores pobres. Esses grupos são os mais afetados pelos impactos negativos do crescimento econômico e são frequentemente vistos como os que devem sacrificar-se em benefício dos demais (HERCULANO, 2006, p. 6).

Para Bullard (2005), o termo racismo ambiental é compreendido como qualquer prática, política ou diretiva adotada por instituições jurídicas, governamentais, econômicas, políticas e militares que, de maneira involuntária ou voluntária, prejudique ou afete de forma desigual as condições ambientais, de trabalho, moradia ou lazer da população ou comunidades com base em sua raça, considerado como uma imposição injusta e desproporcional dos riscos ambientais a população preta e parda. O autor ainda argumenta que decisões políticas perpetuam as desigualdades raciais, dessa forma, sua obra busca promover a criação de uma justiça ambiental e sua igualdade.

Esse evento apresentou e revelou que especialmente o fator racial, influenciava significativamente sobre as decisões da localização de externalidades ambientais negativas em áreas habitadas majoritariamente por comunidades negras, sendo essa determinação corroborada por várias instituições governamentais e privadas, sendo esses grupos mais afetados pelos impactos negativos do crescimento econômico e

consequentemente dos avassaladores impactos ambientais. Para a autora Herculano (2006) esses grupos, apesar de serem mais afetados, são frequentemente vistos como passíveis de sacrifícios em detrimento dos demais.

O Brasil com seu passado colonial, que colocou negras e negros escravizados à mercê e a margem da sociedade, sem políticas adequadas de moradia e emprego, deixando pessoas negras entre as mais afetadas com o racismo ambiental, e não sendo coincidência, que eles sofrem em situação de vulnerabilidade extrema nos grandes centros urbanos, residindo em locais com resíduos tóxicos, poluentes e áreas de risco, por fim, a autora conclui que o racismo ambiental é “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga a grupos sociais de trabalhadores, grupos raciais discriminados, das populações de baixa renda, marginalizadas e mais vulneráveis” (Herculano, 2006, p. 2).

Fundamental para caracterizar as desigualdades que impactam as comunidades marginalizadas em termos de exposição a riscos ambientais e acesso a recursos é compreender o racismo ambiental. As provas de discriminação racial na distribuição dos impactos ambientais e a criação de políticas públicas que não levam em consideração o fator racial, ressaltam a necessidade premente de estratégias mais justas e inclusivas (Herculano, 2006).

Para contrapor ideias ambientalistas, o movimento por justiça ambiental tornou-se a corrente mais crítica, apontando o perigo de desenvolvimento capitalista desenfreado e seu modelo de países centrais desenvolvidos economicamente que agem em detrimento dos periféricos considerados subdesenvolvidos (Ascelrad et al, 2009).

Então o entendimento do conceito de justiça ambiental, surgiu como uma possível resposta a essas disparidades, buscando a importância da justiça e da participação das comunidades afetadas nos processos de solução e decisão pública (Ascelrad et al, 2009). O próximo conceito examina como a abordagem da justiça ambiental oferece um framework para a promoção das práticas justas e a mitigação das desigualdades ambientais enfrentadas.

## 2.2 JUSTIÇA AMBIENTAL

Referindo-se ao conjunto de princípios que garantem que ninguém, seja por etnia, raça ou classe social, arque desproporcionalmente com os impactos ambientais negativos resultantes de operações econômicas, políticas e programas, tratando da espacialização da justiça distributiva, envolvendo sua distribuição equitativa. Podemos analisar segundo escreve Pimentel:

Desafiando o pensamento dominante, o movimento de Justiça Ambiental frequentemente considera a distribuição dos riscos ambientais, e a noção de justiça ambiental implicando o direito a um ambiente seguro, saudável e produtivo para todos segundo o autor Acselrad (2009). Ainda segundo o autor, a justiça ambiental está relacionada ao direito dos trabalhadores a um ambiente de trabalho seguro e saudável, onde não estejam expostos a acidentes e riscos de vida e onde não sejam forçados a escolher entre enfrentar desemprego ou condições precárias por falta de alternativas, como o “Movimento por Justiça Ambiental” defendido por Acselrad (2009), o mesmo apresenta estratégias e alguns princípios que têm orientado a constituição das redes de justiça ambiental e que caracteriza o movimento por justiça ambiental que se consolidou a partir de diversas lutas contra iniquidades ambientais assumindo o papel primordial na luta introduzindo o tema da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional, dessa forma, se tornando um movimento de ressignificação resultando em de uma singular apropriação do meio ambiente e sua temática, bem como pelas dinâmicas sociopolíticas envolvidas com a construção da justiça social. [...] Mais do que isso, os propósitos da justiça ambiental não podem admitir que a prosperidade dos ricos se dê por meio da expropriação dos que já são pobres. Mas esse tem sido o mecanismo pelo qual o Brasil tem batido recordes em desigualdade social no mundo: concentra-se a renda e concentram-se também os espaços e recursos ambientais nas mãos dos agentes mais poderosos (ACSELRAD, 2009, p. 77, apud PIMENTEL, 2004, p. 32).

Para o autor Bullard (2002), a definição de justiça ambiental é a busca por tratamento equitativo e participação significativa de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda, na formulação, desenvolvimento, implementação e fiscalização de políticas, leis e regulamentos ambientais. O autor expõe que a justiça ambiental é irrepartível da justiça racial, e enfatiza a importância em defender que as comunidades, especialmente as pretas e pardas e majoritariamente de baixa renda, devem ter voz ativa na implementação de políticas ambientais. “Por que algumas comunidades são transformadas em depósitos de lixo enquanto outras escapam? Por que as regulamentações ambientais são vigorosamente aplicadas em algumas comunidades e não em outras? (Bullard, 2005, p. 42)

Ao explorar os objetivos da justiça ambiental, é de reconhecimento que essa abordagem está ligada à análise da vulnerabilidade ambiental e a equidade da justiça, a justiça ambiental busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a um

ambiente saudável e seguro, participando das decisões que impactam suas vidas. Portanto, abordando a vulnerabilidade ambiental, a fim de uma compreensão completa das desigualdades ambientais, a próxima subseção busca ampliar o entendimento das disparidades enfrentadas por diferentes grupos através do detalhamento dos fatores socioeconômicos e ambientais na contribuição da exposição desigual a riscos e a capacidade limitada de resposta a desastres.

### 2.3 VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Marandola e Hogan (2005), juntamente com as desigualdades relacionadas a pobreza e a falta de acesso a serviços essenciais como água potável e saneamento básico, também se discute as questões étnicas e raciais no Brasil. Assim, os riscos e a vulnerabilidade social enfrentados por indivíduos e famílias não se limitam apenas a fatores econômicos e sociais, mas incluem também os encargos ambientais, que frequentemente recaem sobre os grupos desfavorecidos.

A segregação urbana tem uma longa tradição na história, com exemplos de divisões sociais, políticas e econômicas em cidades gregas, romanas e chinesas desde a antiguidades. Para os autores Habermann e Gouveia (2008), a perpetuação das desigualdades está ligada ao fato de que o espaço urbano é ocupado de maneira diferenciada com base em estratos sociais, culturais e étnicos através de exposições desiguais aos riscos ambientais. Tanto os movimentos por justiça ambiental que lidam de forma local com pessoas, famílias e grupos marginalizados, quanto os serviços de assistência social.

E com base nas ideias de Marcuse (2004), apesar de abordar diretamente o conceito de vulnerabilidade ambiental, suas ideias sobre segregação espacial podem ser utilizadas para entendê-lo, a segregação pode ser definida como: “O processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se concentrar em uma área específica, formando um gueto. Trata-se da formação e manutenção de um gueto” (p. 28).

O autor apresenta que a segregação espacial, implica em três divisões, sendo cultural a que realiza-se através da religião, língua, da religião e características étnicas, a divisão funcional resulta na lógica econômica, conforme a divisão entre bairros comerciais e residenciais como áreas rurais e indústrias, pressupondo a

divisão do espaço pela função de cada atividade, e por fim, a divisão por diferença de status hierárquico reproduzindo as relações de poder na cidade, por exemplo, como condomínio fechado ou dos serviços públicos pelo Estado (Marcuse, 2004).

Conceituada como uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação (vulnerabilidade social), que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental), e de acordo com Cartier et al (2009), o termo vulnerabilidade socioambiental indica que a compreensão da realidade socio territorial abarca de modo intrínseco questões econômicas, sociais e ambientais, e conceitualizando a vulnerabilidade social e sua referência a sobreposição de famílias/indivíduos em situação de pobreza e/ou fragilização de vínculos afetivos, enquanto que as habitam as áreas de risco e degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental).

Tendo estabelecido as bases conceituais e teóricas que sustentam a análise do racismo e da justiça ambiental, é essencial contextualizar essas ideias dentro de um quadro histórico. A compreensão das raízes históricas do racismo e de como ele evoluiu ao longo do tempo oferece uma perspectiva crítica para a análise das desigualdades atuais. O próximo capítulo se dedicará a explorar a trajetória histórica do racismo, examinando como ele se manifestou e foi perpetuado em Porto Alegre e como esses processos históricos continuam a influenciar as dinâmicas sociais e ambientais contemporâneas.

Assim, na próxima seção será demonstrado, por meio de mapas, como os processos citados acima se interrelacionam na cidade de Porto Alegre de forma exploratória.

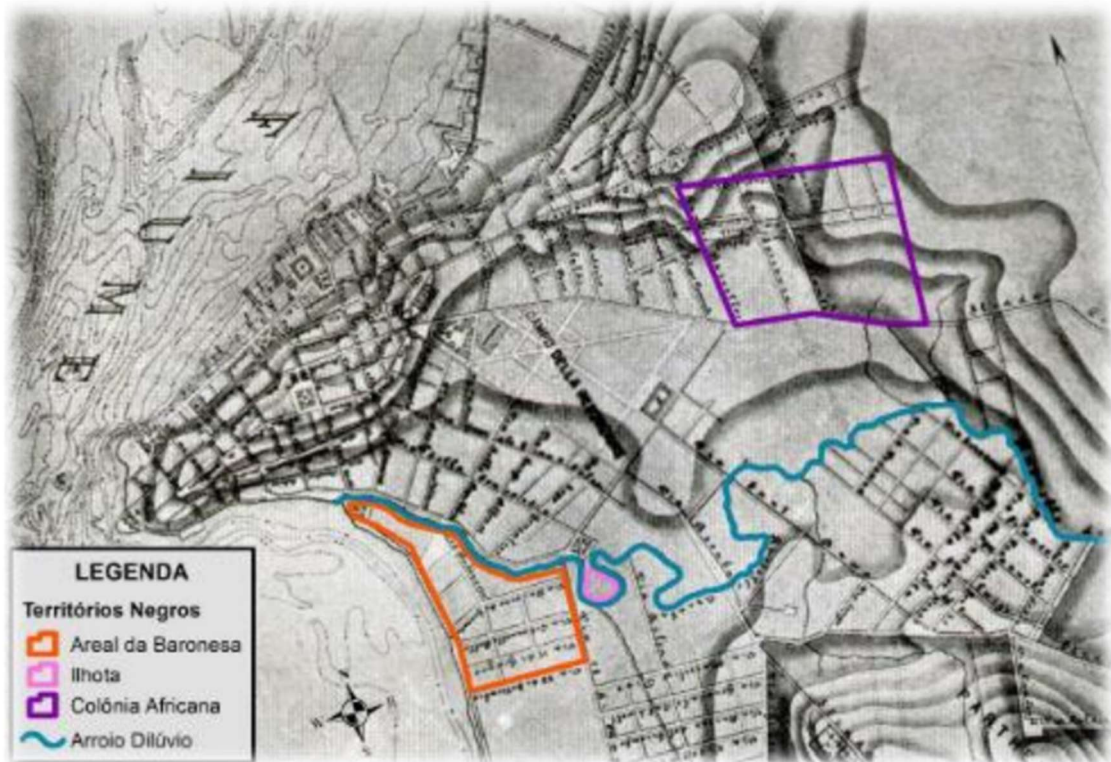
### **3. O TERRITÓRIO E HISTÓRIA NEGRA DE PORTO ALEGRE**

#### **3.1 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA POPULAÇÃO NEGRA DE PORTO ALEGRE**

Observando o mapa da Figura 1, que representa o mapa topográfico da cidade de Porto Alegre em 1839, é possível identificar as áreas ocupadas pela população negra já afastadas dos centros urbanos.



**Figura 1** - Mapa topográfico de Porto Alegre 1839



Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa Topográfico de Porto Alegre – 1906 (IHGRGS, 2005).

A figura 1 apresenta o mapa topográfico de Porto Alegre de 1839, destacando áreas significativas da cidade naquela época. O mapa mostra contornos e padrões que indicam a topografia e a disposição do terreno, com sobreposições coloridas que marcam diferentes territórios: “Areal da Baronesa” em laranja, “Ilhota” em rosa, “Colônia Africana” em roxo e “Arroio Dilúvio” em azul.

Ao relacionar essa figura com o mapa de movimentação da população vulnerável em Porto Alegre, é possível observar como a cidade evoluiu ao longo dos anos, tanto em termos de infraestrutura quanto de dinâmica populacional. O mapa de 1839 revela uma cidade ainda em formação, com áreas específicas ocupadas por diferentes grupos étnicos e sociais. A “Colônia Africana” indicam a presença significativa de populações negras, que desempenharam um papel crucial na construção e desenvolvimento da cidade.

Comparando com o mapa de movimentação da população vulnerável, é possível verificar que as áreas centrais, como Vila Nova e Restinga, que eram importantes no século XIX, continuam a ser relevantes nos movimentos populacionais

das décadas de 1960 e 1970. A expansão para regiões periféricas, como Rubem Berta e Sarandi, reflete o crescimento urbano e a busca por novas áreas de habitação devido ao aumento populacional e às pressões socioeconômicas.

Essa análise destaca a continuidade e a mudança na ocupação do espaço urbano em Porto Alegre. Enquanto algumas áreas mantêm sua importância histórica, outras surgem como novos centros de habitação e desenvolvimento. A evolução da cidade, desde o mapa topográfico de 1839 até os movimentos populacionais contemporâneos, reflete as transformações sociais, econômicas e culturais que moldaram Porto Alegre ao longo dos séculos.

De acordo com Oliveira Filho (2009), devido aos frequentes alagamentos que afetavam a região central e com as sucessivas cheias do rio Guaíba, os bairros foram novamente idealizados, levando as elites da cidade a buscarem residências em locais mais altos, locais esses que já contavam com algumas melhorias, como saneamento e transporte público. E por consequência, ocorreu naturalmente um processo de embranquecimento e “limpeza” das moradias consideradas indesejadas na área, pois a especulação imobiliária resultou no deslocamento forçado de muitos moradores negros para regiões mais distantes.

Esse deslocamento está diretamente ligado a um modelo de planejamento urbano influenciado por ideais de higienização e modernização europeia das cidades. A presença da população negra, neste âmbito é frequentemente desconsiderada, resultando em uma priorização em detrimento evidenciando a negligência aos bairros e territórios negros no que diz respeito à infraestrutura e aos serviços urbanos (Oliveira Filho, 2009).

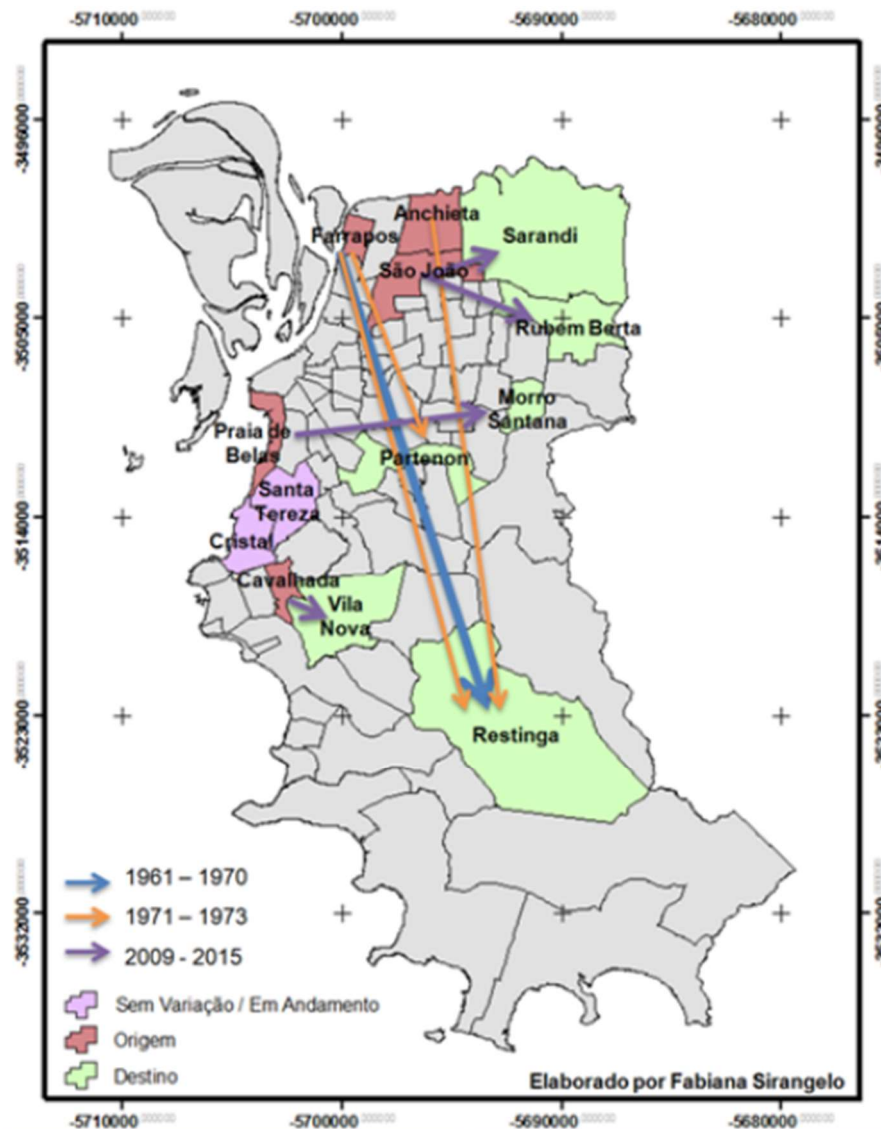
Segundo o mesmo autor, a ideia dos governantes era tornar os centros das cidades espaços “limpos”, nobres e modernos. Neste período, o órgão encarregado de visitar os cortiços e outras habitações precárias, ditando as proibições estipuladas pela Intendência Municipal, órgão equivalente à atual Prefeitura era a Inspetoria de Higiene. Para a ideologia da época, a população preta e parda deveria se aproximar dos arrabaldes, que já vinham sendo povoados por camadas baixas da população, como Cidade Baixa e o Menino Deus ou procurar moradias próximas às fábricas (Oliveira Filho, 2009). “[...] na cidade propriamente dita, só deveriam residir os que podiam sujeitar-se às regras da higiene e da moral” (Pesavento, 2001, p. 39).

No século XIX, a população negra era superior a branca e para que barrar a aquisição da consciência étnica, criou-se uma sociedade de base fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos, para o mulato livre, abria-se um misero espaço social no qual podia circular com relativa liberdade, e com isto, escamotear o fundamental que era justamente a contradição entre senhores e escravos (Moura, 1983).

Segundo Maricato (2001), na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no início do século XX, iniciou-se um processo de branqueamento ou eugenia dos bairros da cidade, onde durante esse período, fundamentadas nos princípios da cidade moderna como o embelezamento paisagístico e a higienização urbana foram impostas as reformas urbanas, que não consideravam a presença de cortiços, casebres e becos nos centros urbanos. Como resultado, muitas comunidades foram obrigadas a se estabelecerem nas periferias de Porto Alegre.

Porto Alegre/RS ocupa o primeiro lugar entre as capitais brasileiras no ranking de segregação racial elaborado pelo Jornal Nexo em 2015, com um índice de dissimilaridade de 38,9, o que, segundo Logan e Stoltz (2011), indica níveis moderados de segregação. Além disso, a cidade apresenta a maior diferença percentual no IDHM entre brancos e negros entre as cidades brasileiras com mais de 228 mil habitantes. O IDHM da população negra é de 0,705, o que é 18,2% inferior ao da população branca, que é de 0,833 (AUGUSTIN, 2021, p. 8

**Figura 2 - Movimentação da População Vulnerável em Porto Alegre**



Fonte: SANCHES (2016). Elaboração: Fabiana Rauber Sirangelo, 2015.

A figura 2 apresenta o mapa de Porto Alegre, destacando as regiões e a movimentação da população vulnerável ao longo de diferentes períodos. As setas coloridas representam as décadas de 1961-1970 (azul), 1971-1973 (laranja) e os movimentos contínuos desde 2009 (roxo).

Ao analisar a movimentação da população vulnerável em Porto Alegre, observa-se um padrão de deslocamento significativo ao longo do tempo. Na década de 1960, a população vulnerável se concentrou em áreas centrais como Restinga, conforme indicado pela seta azul. Nos anos 1970, houve uma expansão para regiões centrais, como Partenon e Restinga, representada pelas setas laranjas. Desde 2009, os movimentos contínuos, indicados pelas setas roxas, mostram uma tendência de

movimentação para as regiões periféricas como: Rubem Berta, Sarandi, Morro Santana e Vila Nova.

Essa movimentação reflete as pressões socioeconômicas e a disponibilidade de recursos, além das políticas de desenvolvimento urbano que influenciam o deslocamento dessas populações. A ausência de dados em certas áreas pode indicar uma população estável ou uma falta de foco nas pesquisas nessas regiões.

A relevância desse mapa está em sua capacidade de ilustrar as mudanças demográficas ao longo do tempo, o que é crucial para o planejamento urbano e a implementação de serviços sociais destinados a apoiar as comunidades vulneráveis em Porto Alegre.

Esse fenômeno se refletiu na prática recorrente em cidades brasileiras, onde a valorização imobiliária e o desenvolvimento urbano frequentemente ocorriam às custas da expulsão de populações vulneráveis, englobando eliminar todas as referências físicas e simbólicas que remetiam a existência e a presença negra na cidade, por meio da segregação desse grupo racial para as áreas mais afastadas, conforme assinala Carril (2006).

De acordo com Sanches (2006), as pressões do mercado imobiliário e as políticas públicas, nesta perspectiva, têm historicamente contribuído para a segregação socioespacial, afetando desproporcionalmente as comunidades negras e pobres, desconsiderada e resultando em uma negligência nos bairros e territórios negros no que diz respeito à infraestrutura e aos serviços urbanos.

### 3.2 CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE NA ATUALIDADE

Constituída hoje por 73,6%, de acordo com o Censo Demográfico realizado em 2023, de pessoas autodeclaradas brancas – ou 981.251 indivíduos – dos moradores de Porto Alegre, apenas (12,6%), pardos (13,4%), de pretos e pardos respectivamente, Porto Alegre é a terceira capital com a maior proporção de brancos: fica atrás apenas de Florianópolis (76,4%) e Curitiba (74,4%) (IBGE, 2024).

Para corroborar, apresenta-se o Indicador Moradias Precárias - Tema Infraestrutura, que mostra a proporção de domicílios em áreas de moradia precária em relação ao total de domicílios, dados do ObservaPoa. O ObservaPOA - Observatório da Cidade de Porto Alegre disponibiliza a base de informações sobre o

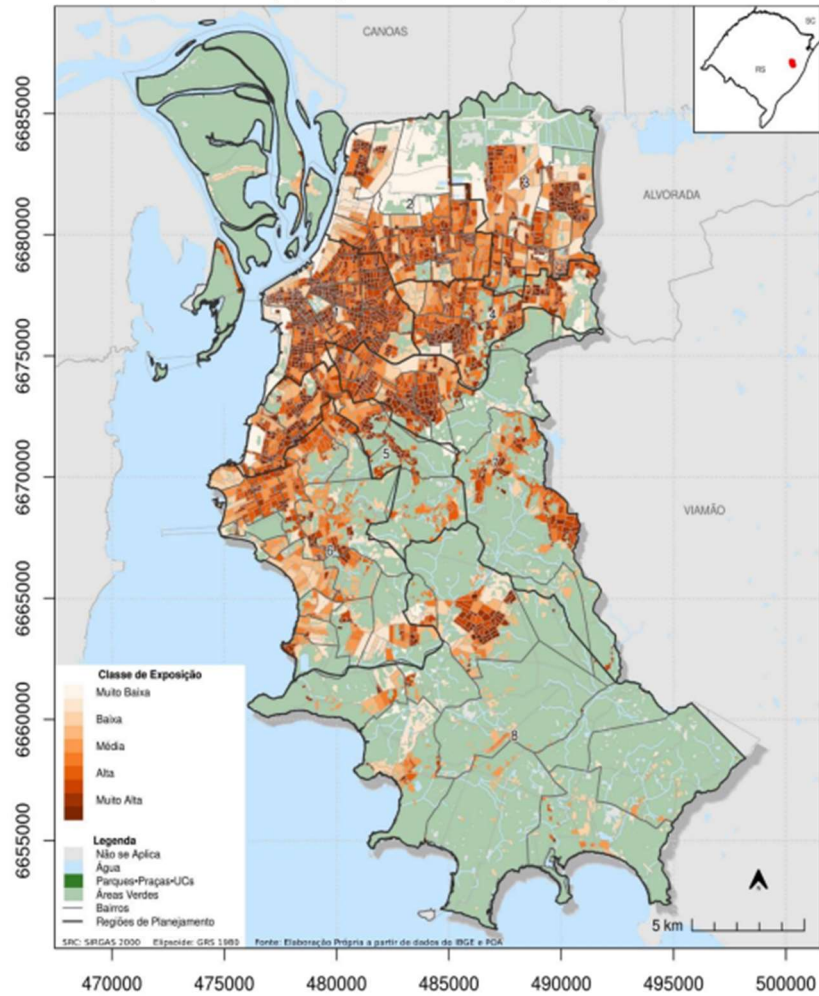
município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade, além de dar continuidade à missão de organizar e disseminar informações sobre Porto Alegre, suas regiões, bairros e unidades de desenvolvimento humano para subsidiar decisões, estudos e pesquisas mantendo indicadores sociais e empenho de articular e fortalecer a transparência dos indicadores voltados à qualificação da gestão, sejam sociais – impactos na melhoria da qualidade de vida e de convivência das pessoas, de gestão – impactos na eficácia, transparência e descentralização da gestão municipal ou políticos – impactos no desenvolvimento democrático e na cidadania, expansão do capital social e resgate da identidade local (OBSERVAPOA, 2024).

O Observatório proporciona informações e estudos que permitem conhecer e avaliar comparativamente a qualidade do desenvolvimento das múltiplas formas de democracia participativa. Indo de encontro do compromisso de acompanhar indicadores da cidade relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Com base nos dados do censo de 2023, de acordo com informações na região central, onde se concentra a maior parte da população branca, bairros como Auxiliadora, Bela Vista, Bom Fim, Centro, Cidade Baixa, Floresta, Independência, Menino Deus, Moinhos de Vento, há um total de 542 moradias precárias, enquanto que contrastando fortemente com o bairro Bom Jesus, considerado um bairro negro e periférico, possui um total de 4.484 moradias precárias, enquanto que o bairro com a maior população branca da cidade, o Moinhos de Vento tem o indicador de 0 moradias precárias (OBSERVAPOA, 2024).

Jeronimo (2022) desenvolveu um projeto cartográfico em um estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o intuito de implementar um Atlas Digital de Vulnerabilidade Social.

**Figura 3** - Mapa de exposição total da população de Porto Alegre



Fonte: PORTO ALEGRE (2024)

A figura 3 apresenta o mapa de Porto Alegre, RS, que mostra diferentes níveis de exposição da população na cidade. O mapa utiliza tons de laranja para indicar o grau de exposição, com tons mais escuros representando níveis mais altos de exposição. As áreas verdes representam regiões com menor ou nenhuma exposição. A legenda no canto inferior esquerdo categoriza os níveis de exposição como “Baixa”, “Média”, “Alta” e “Muito Alta”. O mapa também inclui corpos d’água, como rios ou canais, destacados em azul, e um mapa menor no canto superior direito que mostra a localização de Porto Alegre dentro de um contexto geográfico maior.

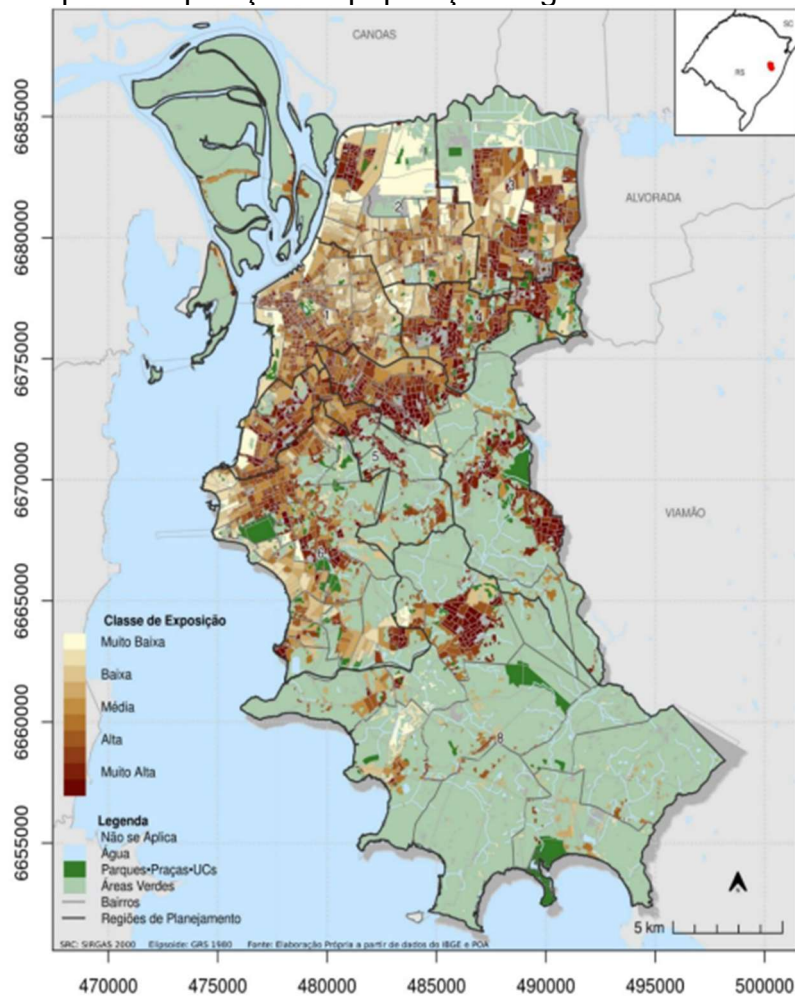
Ao relacionar essa figura com um mapa de exposição total da população de Porto Alegre, é possível observar como a distribuição espacial da população se correlaciona com diferentes níveis de exposição a fatores socioeconômicos e ambientais. As áreas com maior exposição, destacadas em laranja escuro, geralmente

coincidem com regiões de maior densidade populacional e possivelmente maior vulnerabilidade a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

Além disso, as áreas verdes indicam regiões onde a exposição é menor, sugerindo que essas áreas podem ter melhores condições de infraestrutura e planejamento urbano. A presença de corpos d'água próximos às áreas de alta exposição também pode indicar uma maior suscetibilidade a inundações, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a mitigação de riscos e a proteção das populações mais vulneráveis.

Assim, o mapa destaca a importância de considerar a distribuição espacial da população na elaboração de estratégias de planejamento urbano e políticas públicas. A análise revela que as áreas de maior exposição estão frequentemente associadas a condições de maior vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de intervenções que promovam a equidade e a justiça social em Porto Alegre.

**Figura 4 - Mapa da exposição da população negra na cidade de Porto Alegre**



Fonte: PORTO ALEGRE (2024)



A figura 4 apresenta um mapa de Porto Alegre, Brasil, que mostra diferentes níveis de exposição da população negra na cidade. Este, utiliza tons de marrom para indicar áreas com variados graus de exposição, que vão de “Muito Baixa” a “Muito Alta”. As áreas verdes representam regiões de planejamento urbano, enquanto os trechos azuis indicam lagos, praças e unidades de conservação.

Ao relacionar essa figura com um mapa da exposição da população negra em Porto Alegre, é possível observar como a distribuição espacial da população negra se correlaciona com diferentes níveis de exposição a fatores socioeconômicos e ambientais. As áreas com maior exposição da população negra, destacadas em marrom escuro, geralmente coincidem com regiões de menor renda e maior vulnerabilidade a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

Além disso, as áreas de planejamento urbano, marcadas em verde, indicam regiões onde há esforços para melhorar a infraestrutura e as condições de vida. No entanto, a presença de áreas de alta exposição da população negra em zonas de planejamento sugere a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e focadas na redução das desigualdades raciais e socioeconômicas.

Desta forma, o mapa destaca a importância de considerar a distribuição racial na elaboração de estratégias de planejamento urbano e políticas públicas. A análise revela que as áreas de maior exposição da população negra estão frequentemente associadas a condições de maior vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de intervenções que promovam a equidade e a justiça social em Porto Alegre.

Usando como base os dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em conjunto com os do Censo de 2010, os mapas são compostos por três variáveis: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho. Com maior vulnerabilidade social foram se sobressaíram os bairros Arquipélago, Bom Jesus, Coronel Aparício Borges, Lomba do Pinheiro, Partenon, Restinga, Sarandi e Vila São José, conseqüentemente os bairros com maior população negra da cidade.

Ao observar os mapas nota-se que existe uma relação entre raça étnica de Porto Alegre e os índices de vulnerabilidade social nos territórios de maior índice de pessoas residentes negras. Nesse contexto, destaca-se a territorialidade como o espaço geográfico reforçando as desigualdades sociais e raciais. Assim, o racismo ambiental, não só afeta a qualidade de vida das pessoas, mas também confirma e perpetua um ciclo de vulnerabilidade e injustiça socioambiental, demonstrando um

indicativo claro das desigualdades estruturais que afetam a população negra na cidade.

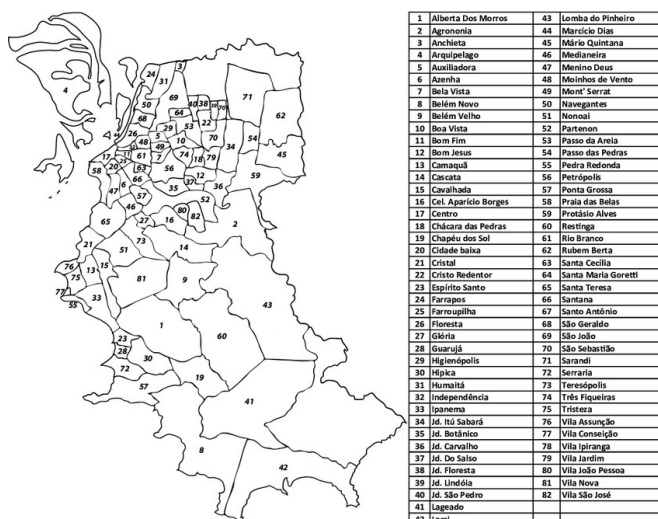
De acordo com Jeronimo (2022), a segregação espacial e a exclusão socioeconômica são fenômenos frequentemente em muitos contextos urbanos, afetando as comunidades negras, levando a uma concentração dessas populações em áreas com menos acesso a recursos e oportunidades, em Porto Alegre, fica evidente essa dinâmica na forma como os bairros com maior proporção de residentes negros também são aqueles que apresentam maiores índices de vulnerabilidade social, logo com menor acesso a serviços de saúde, educação de qualidade e oportunidades de emprego.

O fato é que esses dados sugerem que a desigualdade racial não é apenas uma questão de representação, mas está intrinsecamente ligada à distribuição de recursos e oportunidades, sendo visualizado na vulnerabilidade social que está mais acentuada em áreas habitadas predominantemente por pessoas negras, seguindo um padrão de marginalização que é alimentado por políticas históricas e práticas discriminatórias que perpetuam a desigualdade (JERONIMO, 2022).

### 3.3 RELAÇÃO ENTRE RAÇA E TERRITORIALIDADE

Para compreender melhor, primeiramente é necessário perceber como as regiões estão agrupadas em Porto Alegre.

**Figura 5 - Mapa representativo dos bairros de Porto Alegre, RS**



Fonte: PERUHYPE et al (2014)

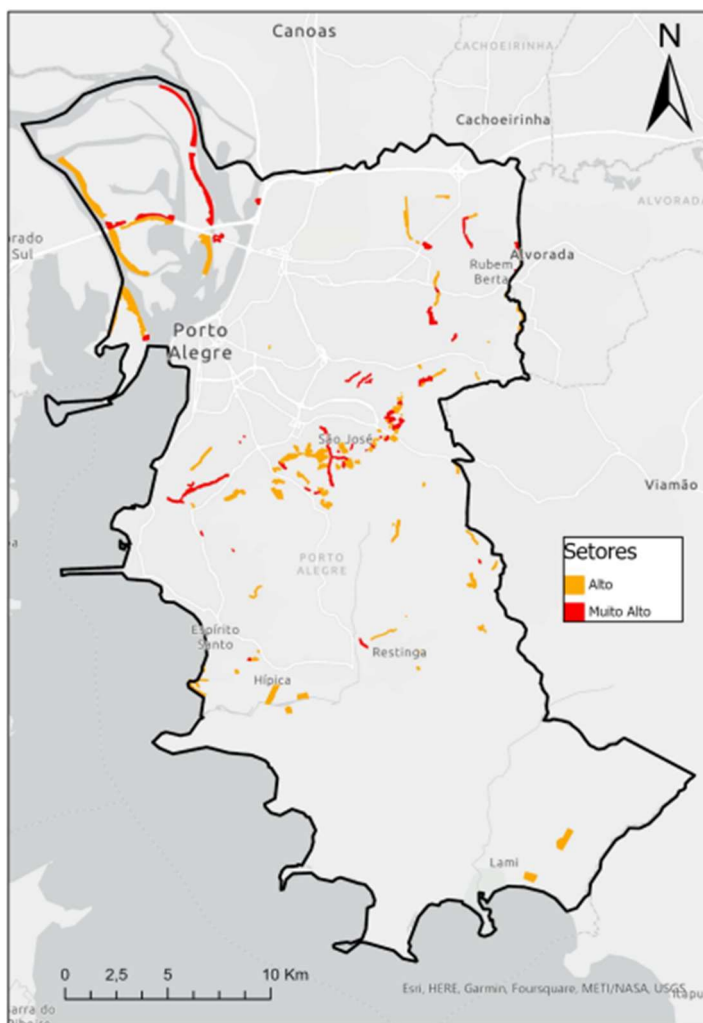
A figura 5 apresenta um mapa dos bairros de Porto Alegre, RS, numerados de 1 a 81, com uma lista correlacionando cada número ao nome do respectivo bairro. Esse mapa fornece uma visão geral da organização geográfica e da distribuição dos bairros na cidade, sendo uma ferramenta útil para planejamento urbano, navegação e compreensão da estrutura da cidade.

Ao relacionar essa figura com um mapa representativo dos bairros de Porto Alegre, podemos observar como cada bairro está posicionado dentro da estrutura geral da cidade. Isso é particularmente relevante para estudos demográficos ou projetos de desenvolvimento urbano, pois permite identificar padrões na distribuição dos bairros e suas interconexões.

A figura serve como uma ferramenta informativa que captura todos os aspectos importantes necessários para entender a distribuição espacial e a nomenclatura dos bairros de Porto Alegre, destacando-se pela clareza e abrangência, o que a torna interessante não apenas do ponto de vista cartográfico, mas também social, histórico e de planejamento urbano.

Para exemplificar ainda mais, utilizou-se o mapeamento atualizado das áreas de risco da Capital que foi entregue para a Prefeitura em abril de 2023, relatório esse que é vinculado ao Ministério de Minas e Energia e realizado em parceria com o Serviço Geológico do Brasil. Apresentando então a existência de 142 áreas de risco nas localidades em risco na capital gaúcha, totalizando 20.884 famílias que vivem nesses locais neste estudo.

**Figura 6** - Distribuição espacial dos 142 setores de risco alto e muito alto identificados no município de Porto Alegre - RS no ano de 2022.



Fonte: Jornal do Comércio (2023)

A figura 6 apresenta um mapa do município de Porto Alegre - RS, destacando as áreas de alto e muito alto risco. As áreas de alto risco estão marcadas em amarelo, enquanto as de muito alto risco estão em vermelho. Esses setores de risco estão distribuídos por toda a cidade, com uma concentração maior em determinadas regiões. O mapa mostra que as áreas de maior risco estão espalhadas por Porto Alegre, mas há uma concentração significativa em algumas regiões específicas. Essas áreas são mais vulneráveis a desastres naturais, como enchentes, deslizamentos de terra e outros eventos adversos.

Em 2022, foram identificados 142 setores de risco alto e muito alto em Porto Alegre. A distribuição espacial desses setores revela que as áreas de maior risco coincidem frequentemente com regiões de menor renda e maior densidade populacional.

Isso sugere que as populações mais vulneráveis, muitas vezes de baixa renda, estão desproporcionalmente expostas a riscos ambientais. A análise do mapa e a distribuição espacial dos setores de risco alto e muito alto em Porto Alegre destacam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a mitigação de riscos e a proteção das populações vulneráveis. É essencial que as estratégias de planejamento urbano considerem esses fatores para reduzir a exposição a desastres e melhorar a resiliência das comunidades mais afetadas.

O relatório teve como base três tipos de metodologia, analisando o movimento de massa (deslizamento, quedas de blocos e corridas de massa), os papéis hidrológicos (inundação e enchente) e erosivos (marinha, continental e fluvial). O levantamento também conta com as seguintes tipologias de risco: alagamentos, corrida de detritos, corrida de massa, deslizamento, deslizamento em cunha, deslizamento não específico, deslizamento planar, enxurrada, erosão de margem fluvial, erosão laminar, inundação, queda de blocos, queda de lascas e ravina. Pretendendo realizar a identificação e caracterização por meio das cotas urbanizadas do território da cidade levadas a sofrerem danos causados por eventos da natureza, a Setorização de Áreas de Risco Geológico objetivou subsidiar a tomada de decisões mais assertiva relacionadas às políticas de ordenamento territorial e prevenção de desastres. Além disso, conforme o relatório:

Das 17 regiões do Orçamento Participativo, 15 possuem algum tipo de risco, de acordo com o estudo: Partenon (27), Glória (21), Leste (19), Sul (15), Ilhas (14), Norte (14), Centro-Sul (7), Restinga (7), Eixo-Baltazar (4), Nordeste (4), Extremo-Sul (3), Humaitá/Navegantes (2), Cruzeiro (2), Cristal (2) e Centro (1), o que já observa-se ao relacionar o fator étnico racial, que as regiões com maiores riscos são majoritariamente compostas pela população preta e parda (PORTO ALEGRE, 2022).

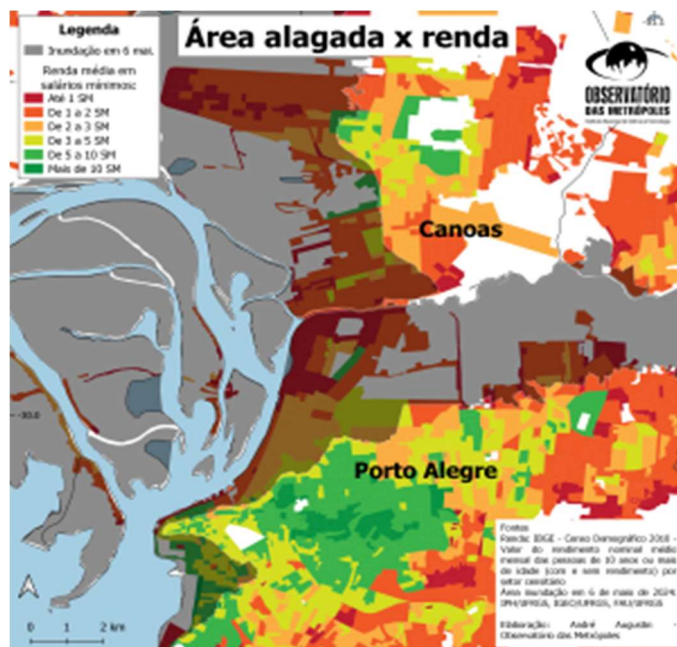
De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2024), na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a composição étnico-racial dos habitantes, foram utilizados dados do Censo 2010. Para o total de cada município, os dados de 2022 mostraram um crescimento significativo da proporção de negros (pretos e pardos, segundo a denominação do IBGE) em toda a RMPA. Os seguintes municípios ilustram essa mudança: Porto Alegre (de 20,2% em 2010 para 26,0% em 2022), Canoas (de 14,3% para 21,2%), São Leopoldo (de 13,7% para 21,2%), Novo Hamburgo (de 9,3% para 15,2%), Eldorado do Sul (de 18,0% para 25,4%), Guaíba (de 16,8% para 22,5%) e Alvorada (de 26,1% para 33,2%).

Quando da enchente de maio de 2024, há uma grande percepção dos dados apresentados: em Porto Alegre, os bairros Humaitá, Sarandi e Rubem Berta são exemplos disso. Em Canoas, o bairro Mathias Velho, especialmente em seu extremo oeste, foi o mais atingido. No Vale do Sinos, os bairros Santos Dumont em São Leopoldo e Santo Afonso em Novo Hamburgo, ambos com maior proporção de população negra, foram os mais afetados. Eldorado do Sul teve sua zona urbana totalmente atingida, enquanto em Guaíba, o bairro Santa Rita concentra uma grande proporção de população negra (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2024).

Outro fator a ser destacado relaciona-se com a fragilidade e o risco ambiental das favelas situadas nos territórios majoritariamente negros, pois grande parcela desses núcleos foi classificado como ocupação de risco geológico.

### 3.4 MAPAS DA RELAÇÃO ENTRE RENDIMENTO, COR E RAÇA E OS IMPACTOS DO EVENTO CLIMÁTICO OCORRIDO NO RIO GRANDE DO SUL EM MAIO DE 2024

**Figura 7 – Relação área alagada x renda**



Fonte: Observatório das Metrópoles (2024)

A figura 7 apresenta um mapa comparativo das regiões alagadas e a distribuição de renda na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), especificamente nas áreas de Canoas e Porto Alegre. O mapa utiliza diferentes cores

para representar os níveis de renda mensal, variando de menos de meio salário-mínimo (vermelho escuro) a mais de cinco salários-mínimos (verde), enquanto as áreas cinzas indicam regiões não avaliadas. Além disso, os corpos d'água são destacados em azul.

Constata-se que as áreas inundadas estão próximas aos corpos d'água, como rios e lagos, e são representadas por diferentes tons de azul. Observa-se que as regiões mais afetadas pelas enchentes estão localizadas em áreas de menor renda, destacadas em vermelho e laranja, sugerindo que as populações de baixa renda são mais vulneráveis a desastres naturais, como enchentes.

A distribuição de renda no mapa mostra que as áreas de menor renda (vermelho e laranja), estão concentradas nas proximidades dos corpos d'água, enquanto as áreas de maior renda (verde) estão mais afastadas dessas regiões. Essa distribuição indica uma segregação socioeconômica, onde as populações de baixa renda residem em áreas mais suscetíveis a inundações.

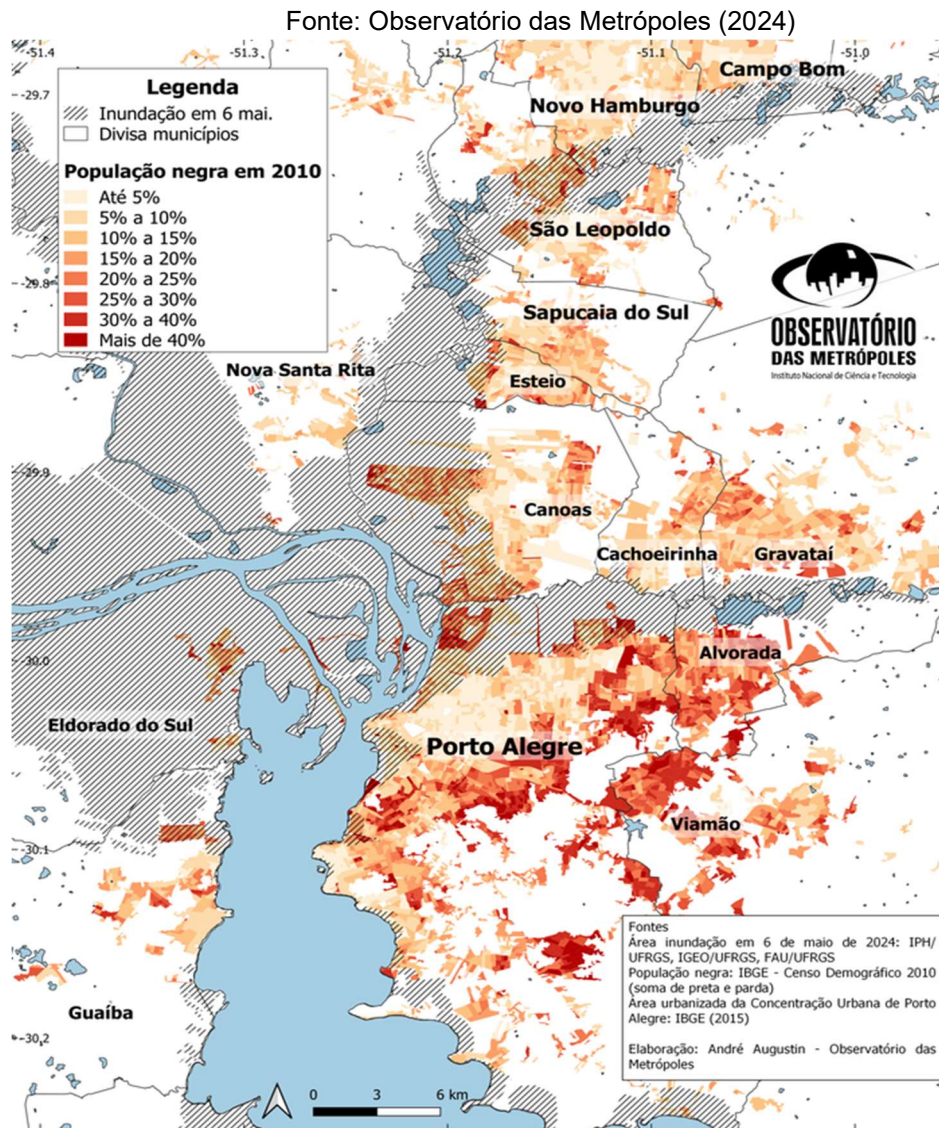
Ao cruzar as informações de inundação e distribuição de renda, percebe-se que as áreas mais afetadas pelas enchentes são também aquelas com menor renda, evidenciando uma correlação entre vulnerabilidade socioeconômica e exposição a desastres naturais. As comunidades de baixa renda, que já enfrentam desafios econômicos, são desproporcionalmente impactadas por enchentes, agravando ainda mais sua situação.

A análise do mapa revela uma sobreposição significativa entre as áreas alagadas e as regiões de menor renda, destacando a importância de políticas públicas que abordem tanto a prevenção de enchentes quanto a proteção das populações mais vulneráveis, visando reduzir as desigualdades e proteger as comunidades de baixa renda.

Feita com dados do Censo de 2010, a construção dos mapas produzidos pelo Núcleo Porto Alegre do INCT Observatório das Metrópoles pelo setor censitário, apresenta o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de dez anos ou mais de idade (com e sem rendimento). Na área de inundação foi visto uma estimativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o dia 6 de maio de 2024, não incluindo outras regiões que alagaram posteriormente. Na legenda, em vermelho, os locais onde vivem pessoas com rendimento mensal nominal médio de um salário-mínimo, já na cor laranja, rendimentos que podem variar de dois a três

salários-mínimos, e por fim, em verde estão pontos onde moram pessoas com rendimento de cinco a dez salários-mínimos ou mais.

**Figura 8** - Mapa comparativo das regiões alagadas e a população negra em 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2024)

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2024)

A figura 8 apresenta um mapa comparativo das regiões alagadas e a distribuição da população negra na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 2010. O mapa utiliza diferentes tons de azul para indicar a porcentagem de áreas inundadas em maio de 2024, onde as áreas mais escuras representam regiões com maior percentual de inundação e as áreas mais claras indicam menor percentual. Observa-se que as áreas mais afetadas pelas enchentes estão concentradas em torno de Porto Alegre e seus municípios vizinhos, como Canoas, Alvorada e Viamão.



A distribuição da população negra é representada por diferentes tons de laranja a vermelho, com as áreas de maior concentração destacadas em vermelho escuro e as de menor concentração em laranja claro. Nota-se que bairros como Humaitá, Sarandi e Rubem Berta em Porto Alegre, além de algumas regiões em Canoas e Alvorada, apresentam uma alta concentração de população negra.

Ao cruzar as informações de inundação e distribuição da população negra, percebe-se que as áreas mais afetadas pelas enchentes também são aquelas com maior concentração de população negra. Isso sugere uma vulnerabilidade socioeconômica e racial, onde as comunidades negras de baixa renda são desproporcionalmente impactadas por desastres naturais. Essa correlação destaca a necessidade de políticas públicas que abordem tanto a prevenção de enchentes quanto a proteção das populações mais vulneráveis.

A análise do mapa revela uma sobreposição significativa entre as áreas alagadas e as regiões com alta concentração de população negra, evidenciando a importância de considerar fatores socioeconômicos e étnico-raciais na elaboração de estratégias de mitigação e resposta a desastres, visando reduzir as desigualdades e proteger as comunidades mais vulneráveis.

Ao cruzar os mapas das áreas inundadas com os dados de renda do Censo 2010, observa-se que as regiões afetadas concentram principalmente populações de baixa renda. Esse cruzamento de informações revela que as áreas atingidas pela enchente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) são majoritariamente habitadas por pessoas com menor poder aquisitivo, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade dessas comunidades diante de desastres naturais.

Além disso, a análise da composição étnico-racial dos habitantes dessas áreas mostra que a população negra está acima da média nas regiões mais afetadas pelas enchentes. Em Porto Alegre, os bairros Humaitá, Sarandi e Rubem Berta foram os mais impactados, apresentando uma expressiva concentração de população negra. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas que considerem tanto a questão socioeconômica quanto a étnico-racial na prevenção e mitigação de desastres.



## **4 INTERSECCIONALIDADE ENTRE A RAÇA E PROGRAMAS DE POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO, EXEMPLOS BRASILEIROS**

Para que uma política pública responda de forma eficaz ao problema do racismo ambiental, é essencial que ela seja construída com base em uma análise interseccional, que considere as interações entre geografia, política pública, racismo e habitação. É importante destacar que esse estudo visa enfatizar a importância de incluir a dimensão racial nas políticas públicas em todos seus os estágios, utilizando principalmente a interseccionalidade no combate do racismo ambiental.

Além disso, está associada ao conjunto com os materiais já apresentados neste trabalho (ObservaPoa e setorização das áreas de risco). Desta forma, é possível reconhecer e diagnosticar o racismo ambiental através do estudo e mapeamento das áreas impactadas.

Além disso, pode-se identificar as regiões geográficas onde as comunidades estão vulneráveis, compostas principalmente por populações negras, indígenas e de baixa renda, que sofrem com a poluição, falta de saneamento básico e desastres naturais, zoneamento e em locais onde as enchentes podem ocorrer (JERONIMO, 2022).

De acordo com Monteiro et. al (2023), uma política pública que queira combater o racismo ambiental deve ser interseccional, participativa, inclusivo e baseado em evidências, e que sejam desenvolvidas e implementadas com uma compreensão completa dos fatores sociais, geográficos e políticos que perpetuam as desigualdades raciais e impedem o acesso a um meio ambiente seguro e saudável.

Em 2010, o governo do Rio Grande do Sul, lança o programa de Reassentamento de Famílias de Áreas de Risco, onde o governo do Estado disponibilizaria recursos aos municípios para que os desastres climáticos não atinjam famílias que vivem nas encostas de morros, beira de rios e áreas alagadiças, dessa forma, essas famílias serão reassentadas em outras áreas (segundo o programa, em locais próximos à área de origem) com toda a infraestrutura necessária para viver com segurança e qualidade, porém, o programa não considera o fator racial ao reassentar as famílias as novas moradias (Borges, 2023).

A análise durante este estudo, indica que, embora a população negra seja o grupo racial mais atingido pela precariedade da segregação urbana e habitacional, a

variável racial não aparece como uma dimensão fundamental na formulação e conseqüentemente na avaliação e implantação das políticas públicas focadas nas áreas de risco de Porto Alegre. A existência dessas reflexões evidencia que há um campo de investigação em aberto, onde é necessário a realização de pesquisas que contribuam não apenas para o entendimento das causas dessa ausência, mas que possibilite uma revisão/inserção da dimensão racial nas políticas e planos habitacionais visando o combate ao racismo ambiental.

As estratégias atuais para a importância da interseccionalidade foram utilizadas em alguns projetos e programas de políticas públicas, como os apresentados na sequência: Projeto de Lei n. 6865/06 e Projeto CITInova. Ambos os projetos podem significar um modelo de projeto piloto para serem utilizados como base para futuras políticas públicas municipais.

#### 4.1 PROJETO DE LEI N. 6865/06

O Projeto de Lei N. 6865/06, proposto pelo deputado Vicentinho, visa criar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para População Negra (SNHISPN) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para População Negra (FNHISPN). Este projeto é um exemplo claro de interseccionalidade, pois aborda as interações entre raça, classe e gênero, conforme o conceito difundido por mulheres negras feministas na década de 1980 (BRASIL, 2006).

De acordo com Leite, Martins e Gomes Filho (2024), primeiramente, o projeto reconhece a interseção entre raça e classe social ao focar na população negra de menor renda, buscando garantir acesso à terra urbanizada e habitação digna para esse grupo historicamente marginalizado. Além disso, o projeto propõe mecanismos de cotas para famílias chefiadas por mulheres, idosos e deficientes, reconhecendo a vulnerabilidade adicional enfrentada por mulheres negras devido à interseção de gênero e raça.

Outro aspecto importante é a criação de um Conselho Gestor para o FNHISPN, que promove a democratização, descentralização e controle social dos processos decisórios, equilibrando as relações de poder e garantindo práticas coletivas e arranjos institucionais inclusivos e transparentes. E ainda, a proposta de utilizar terrenos públicos para projetos habitacionais de interesse social pode ser vista como

uma medida para combater o racismo ambiental, relevante para o estudo e mapeamento das áreas impactadas, conforme mencionado no ObservaPoa e na setorização das áreas de risco (Leite, Martins E Gomes Filho, 2024).

Esses elementos demonstram como o projeto de lei incorpora a interseccionalidade ao abordar as complexas interações entre raça, classe e gênero, buscando soluções inclusivas e equitativas para a habitação social.

De acordo com Brasil (2006), a intenção do Projeto de Lei n. 6865/06, era propiciar o acesso à terra urbanizada, centralizando os programas e projetos habitacionais à habitação justa e sustentável para a população preta e parda. Este projeto também tinha a intenção de instituir o SNHISPN.

As aplicações dessa política previam diversas ações, como a aquisição e construção de imóveis até sua locação e arrendamento, oportunizando benfeitoria, projetos de lotes urbanizados, saneamento básico, aquisição de materiais de construção, entre outras aplicações. Apesar de representar uma iniciativa inovadora, foi rejeitada, com a justificativa do relator de que, “independentemente da cor de sua pele o sistema atende a todas as famílias carentes”, ainda indicando que talvez gerasse a fragmentação da unificação dos recursos e do planejamento das ações governamentais direcionadas ao problema habitacional da população de baixa renda. O relator por fim, concluiu que “Em muitos entes federativos, as ações com objetivo de atender à população negra de baixa renda terão amplitude diminuta, não justificando os custos associados à criação de tal estrutura” arquivando o projeto (BRASIL, 2006).

Passados 18 anos, nenhum projeto com o mesmo viés foi enviado a câmara.

## 4.2 PROJETO CITInova

O CITInova, promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), é uma iniciativa plurilateral, cujas diretrizes prioriza atenção aos aspectos de gênero e raça, na sua elaboração. Uma das ações do CITInova, que como objetivo diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e gerar benefícios nas esferas econômica, social e ambiental. O alcance se dará por meio de uma estratégia integrada de planejamento urbano e políticas públicas, que intenciona impulsionar a

sustentabilidade nas cidades brasileiras, que no piloto são Recife e Brasília, utilizando tecnologias e plataformas dedicadas a práticas sustentáveis (CTInova, 2024).

O programa pretende desenvolver soluções inovadoras e tecnológicas, oferecendo ferramentas e metodologias de planejamento urbano integrado para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis. Com duração de quatro anos (entre 2018 e 2022), o projeto é composto por três grandes frentes de ação: Planejamento Urbano Integrado, Investimentos em Tecnologias Inovadoras e Plataformas para Cidades Sustentáveis, com o apoio do GEF-7, em 2023, entrou para sua segunda fase, expandindo para as cidades de Belém (PA), Teresina (PI) e Florianópolis (SC) (CTInova, 2024).

Dentro do planejamento urbano integrado em Recife, uma das estratégias é o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) que funciona como um instrumento para a Política Municipal de Habitação de Interesse Social. Esse instrumento visa combater 20% do déficit quantitativo do Recife tendo como base avaliação e projeção de demanda e oferta habitacional através de um banco de dados com informações georreferenciadas. Essas informações permitem identificar áreas bem localizadas, trazendo ainda a concepção de novos *insights* para a produção habitacional local e a possível redução do déficit de moradia. E, por esse motivo, a importância da interseccionalidade foi posta em prática, pois na sua construção, foi considerada a interseccionalidade entre raça, gênero, faixa etária e classe social e indicadas como grupos prioritários pessoas negras, idosas e mães solteiras com renda familiar até 1.500 reais, uma vez que Recife tem cerca de dois terços de seus cidadãos vivendo em áreas precárias em infraestrutura e em acesso a serviços e equipamentos públicos (CTInova – Recife, 2024).

Na realidade de Brasília, como resultado do programa CITInova, a ferramenta web e gratuita com dados espaciais para a gestão ambiental integrada através do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) permitiu que a Secretaria de Meio Ambiente identificasse áreas prioritárias para ações de proteção e recuperação dos corpos hídricos. Exemplo disso, tem-se as ações desenvolvidas nas Bacias do Descoberto e do Paranoá, consolidando dados ambientais e facilitando o acesso para a população em diversas áreas como transporte, água, drenagem e expansão urbana, cumprindo o seu papel de integrar o planejamento urbano.

## CONCLUSÃO

O racismo ambiental como foi na luta americana, pode ser na brasileira um importante instrumento para a erradicação das desigualdades raciais, sociais, ambientais e promoção da justiça ambiental pelo Estado. A partir dos dados apresentados, foi possível observar que as áreas com maiores índices de risco ambiental são as áreas que são compostas majoritariamente pela população negra.

Assim, embora seja necessário a realização de pesquisas e estudos de casos que identifique como a questão racial, direta ou indiretamente, estrutura a política habitacional em Porto Alegre, o que, de forma geral, pode-se dizer que a questão do racismo ambiental é um reflexo das desigualdades da sociedade capitalista e brasileira. Essa foi a premissa que impulsionou a escrita deste trabalho, pois apesar de ser um direito garantido constitucionalmente e internacionalmente e ser considerado o básico para o exercício da cidadania, garantir habitação digna e fora das zonas de risco ambiental ainda é um desafio para a sociedade ocidental.

Ao estudar tal questão, alguns pressupostos são colocados a prova, como a desigualdade socioeconômica e a reflexão espacialmente. E, como visto, pode ser analisado através da segregação da população preta, parda e pobre recorrente nas cidades brasileiras, o que se tornou necessário procurar os dados socioeconômicos, raciais e ambientais de Porto Alegre e isto foi feito através da necessidade da urgência do cuidado ambiental.

Paralelo e relacionado a isto, analisou-se a construção territorial urbana da capital gaúcha, e assim foi possível confirmar a hipótese de essas políticas não são suficientemente efetivas para resolver o problema da precariedade habitacional da população negra afetada. Talvez fosse importante a construção de políticas que trouxessem o histórico racial e levasse em conta a interseccionalidade entre raça x território, para assim promover melhorias que já deveriam ter sido pensadas no contexto pós abolição.

Para compreender o mundo em que vivemos, cabe a nós, atuar através de pesquisas e apresentar a desigualdade em que vivem pessoas pardas e pretas nas comunidades da cidade, longe dos centros e a margem da sociedade, correndo perigo de vida, em locais impróprios para se morar. Levando em conta que essas discussões de problemas ambientais não devem se concentrar somente aos gestores ou técnicos

especialistas, e sim pensar coletivamente com as comunidades e suas experiências cotidianas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, H. et al. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156 p.

AUGUSTIN, A. C. et al. **Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul. Relatório Técnico**. 2021. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021. 83 p. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/18175612-relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf> Acesso em ago. 2024.

BELLETTINI, Angela S. et al. Setorização de áreas de risco geológico: Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Relatórios Técnicos**. 2022. Disponível em: [https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/23505?locale=pt\\_BR](https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/23505?locale=pt_BR) Acesso em jun. 2024.

BORGES, S. C. R. **Evidências de racismo institucional em um bairro negro: o caso do Bairro Bom Jesus em Porto Alegre/RS**. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274424> Acesso em ago. 2024.

BRASIL. **Mudanças do clima 2023: relatório síntese (tradução)**. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy\\_of\\_IPCC\\_Longer\\_Report\\_2023\\_Portugues.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf) Acesso em ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.608, de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm) Acesso em jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei n. 6865/06**. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=385876](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=385876) Acesso em ago. de 2024.

BULLARD, R. D. Confronting environmental racism in the twenty-first century. **Global Dialogue**, v. 4, n. 11, winter. 2002. Disponível em: [https://www.uwosh.edu/sirt/wp-content/uploads/sites/86/2017/08/Bullard\\_Environmental-Justice-in-the-21st-Century.pdf](https://www.uwosh.edu/sirt/wp-content/uploads/sites/86/2017/08/Bullard_Environmental-Justice-in-the-21st-Century.pdf) Acesso em jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, ano XV, nº 98, jan. 2005. Disponível em <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=996>>. Acesso em jul. 2024.

CARTIER, R. et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(12):2695-2704, dez, 2009. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/4019/8166> Acesso em ago. 2024.

**CITinova - PLANEJAMENTO INTEGRADO E TECNOLOGIAS PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS** Disponível em: [https://citinova.mcti.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/CITinova\\_Planejamento-integrado\\_final\\_interativo.pdf](https://citinova.mcti.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/CITinova_Planejamento-integrado_final_interativo.pdf) Acesso em ago. 2024.

**CTInova Recife.** Disponível em: <https://citinova.mcti.gov.br/recife/> Acesso em ago. 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMANN, M.; GOUVEIA, N. Justiça ambiental: abordagem ecossocial em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 1105-1111, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/LRx5Gmw7tTT3gzG6HYrg3rg/abstract/?lang=pt#> Acesso em jul e ago. 2024.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I **Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>. Acesso em jul. 2024.

IBGE. **Cidade de Porto Alegre.** 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama> Acesso em ago. 2024.

JERONIMO, M. W. **Projeto cartográfico e elaboração do atlas digital de vulnerabilidade social de Porto Alegre.** Trabalho de Conclusão de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240338/001143135.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em ago. 2024.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Porto Alegre tem 84 mil pessoas morando em 142 áreas de risco.** 2023. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2023/04/1101629-porto-alegre-tem-84-mil-pessoas-morando-em-142-areas-de-risco.html> Acesso em jul. 2024.

LEITE, FKO, MARTINS, FRS; GOMES FILHO, TAG. Interseccionalidade e resistência: desafios e avanços na luta pelos direitos LGBTQIPN+ no Brasil contemporâneo. **Revistaft**, v. 28, ed.131, fev. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/interseccionalidade-e-resistencia-desafios-e-avancos-na-luta-pelos-direitos-lgbtqiapn-no-brasil-contemporaneo/> Acesso em ago. 2024.

MARANDOLA Jr., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 22, nº. 1, p. 29–53, 2005.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, v. 24, n. 45, p. 24–33, jan./jul. 2004.

MARICATO, E. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.

MONTEIRO, R. R. et al. Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma análise dos relatórios anuais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Em Favor De Igualdade Racial**, v. 6, n. 3, p. 117–132, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/269579.6.3-9>. Acesso em ago. 2024.

MOURA, C. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

OBSERVAPOA. **Porto Alegre em análise**. Disponível em: <http://portoalegre.emanalise.procempa.com.br/> Acesso em jul e ago. 2024.

OLIVEIRA FILHO, J. T. **A participação popular no planejamento urbano: A experiência do plano diretor de Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

PERUHYPE, R. C. et al. Distribuição da tuberculose em Porto Alegre: análise da magnitude e coinfeção tuberculose – HIV. **Rev Esc Enferm USP** 2014; 48(6), p. 1035-43. Disponível em: [Downloads/pt\\_0080-6234-reeusp-48-06-1035REUSP.pdf](Downloads/pt_0080-6234-reeusp-48-06-1035REUSP.pdf) Acesso em ago. 2024.

PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: 2001. (Brasília Novos Estudos; 5)

PIMENTEL, A. P. Racismo ambiental e justiça ambiental no Brasil. In: **Direito Ambiental: repensando paradigmas**. Quartier Latin, 2004.

PORTO ALEGRE. **Plano de Ação Climática: análise de riscos e vulnerabilidade climática**. Disponível em: [https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu\\_doc/sites/smamus/PMPOA23A\\_231116\\_P3\\_Relatorio\\_ARVC\\_V2.0%20%281%29.pdf](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smamus/PMPOA23A_231116_P3_Relatorio_ARVC_V2.0%20%281%29.pdf) Acesso em jul e ago de 2024.

RICHARDSON. R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANCHES, n. d. Lições da ocupação lanceiros negros: pela habitação popular em Porto Alegre. **Boletim do Observatório das Metrôpoles**, n. 444. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2016.

VIEIRA, Daniele M. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação de Mestrado UFRGS. 190 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre – RS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177570/001065835.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em jul. 2024.